



DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DA PARAÍBA

CONSELHO SUPERIOR

ATA DA NONAGÉSIMA NONA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA, BIÊNIO 2020/2022 - REALIZADA NO DIA 4 DE NOVEMBRO DE 2020.

1-Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte (4.11.2020), o Dr. RICARDO JOSÉ COSTA SOUZA BARROS, Presidente do CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA, reuniu-se em sessão solene EXTRAORDINÁRIA, com a Sub-Defensora Geral Maria Madalena Abrantes Silva, o Corregedor Geral Dr. José Alípio Bezerra de Melo, os Conselheiros GERARDO LINS RABELLO SOBRINHO, CORIOLANO DIAS DE SÁ FILHO, JOSÉ CELESTINO TAVARES DE SOUZA, ELSON PESSOA DE CARVALHO e ENRIQUEMAR DUTRA DA SILVA a Ouvidora Maria do Céu Palmeira Cavalcanti e o Presidente da Associação dos Defensores Públicos Fábio Liberalino da Nóbrega, para deliberar sobre a pauta: 1-Apreciação e aprovação de minuta da Resolução para Eleição do DPG/PB, biênio 2021/2022; 2-Demais assuntos pertinentes a DPPB. O Presidente iniciou a reunião fazendo uma oração, em seguida apresentou a Resolução para Eleição do DPG/PB, biênio 2021/2022, para as devidas alterações, o Presidente explicou que por coincidência a Defensoria Pública deverá realizar licitação para escolha da empresa que irá realizar a Eleição, o Conselheiro Coriolano Dias de Sá Filho fez uma explicação sobre a maneira de como deverá ser realizada a votação, sendo sugerido que a eleição seja pelo o email institucional, o Conselheiro Elson Pessoa de Carvalho sugeriu que a empresa deverá apresentar certificação digital como item de segurança, e sugeriu que na resolução conste que o Defensor Público caso deseje votar presencialmente deverá comunicar a Comissão Eleitoral; o Conselheiro José Celestino Tavares de Sousa falou que quando sugeriu as alterações na resolução, sua preocupação era a de que as empresas que se cadastrassem para a licitação deveriam se adequar às normas na Resolução; o Conselheiro Gerardo Lins Rabello Sobrinho falou que toda a empresa que desejar participar de qualquer licitação deverá ter uma certificação digital; o Corregedor Geral falou que sua preocupação é na utilização do token e o email, pois acredita ele que as empresas não trabalham com token, apenas utilizam o email institucional; o Conselheiro José Celestino Tavares de Souza disse que sua preocupação é com a transparência da eleição, pois no seu entendimento a resolução para escolha do Conselho Superior biênio 2020/2022 foi atrapalhada, que é importante não deixar nenhuma margem para dúvidas; o Conselheiro Elson Pessoa de Carvalho sugeriu que seja dado publicidade na resolução, à escolha das maneiras de votar; o Presidente falou então da pesquisa que foi realizada pela Defensora Pública Maria dos Remédios Mendes, que ele não teve tempo de votar na enquete realizada pela mesma, mas que sua intenção é construir uma eleição transparente, obedecendo todas as exigências, e também parabenizou a Defensora Pública pela passagem do seu aniversário nesse dia. o Presidente sugeriu então que seja aberta para votação, se a eleição

mas

q

J

Julio


RICARDO JOSE COSTA SOUZA BARROS
PRESIDENTE


MARIA MADALENA ABRANTES SILVA
SUB DEFENSOR GERAL


JOSÉ ALÍPIO BEZERRA MELO
CORREGEDOR GERAL


JOSE CELESTINO TAVARES DE SOUZA
MEMBRO


ELSON PESSOA DE CARVALHO


GERARDO LINS RABELLO SOBRINHO

MEMBRO

MEMBRO


CORIOLANO DIAS DE SA FILHO
MEMBRO


ENRIQUIMAR DUTRA DA SILVA
MEMBRO


MARIA DO CÉU PALMEIRA.CAVALCANTI
OUVIDORA

FÁBIO LIBERALINO DA NÓBREGA
Representante da Associação dos Defensores Públicos